



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA ____ DE DE 2014.

Nº ÚNICO: 0000524-20.2006.8.10.0038

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 039627/2014 – JOÃO LISBOA (MA)

APELANTE : Leonardo Pereira Leite
ADVOGADO : Enoque Cavalcante de Albuquerque
APELADO : Ministério Público Estadual
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 129, § 1º, I e II, do CPB
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA (ART. 129, § 2º, IV). PLEITO DE REDIMENSIONAMENTO DA PENA. AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO DA CULPABILIDADE NÃO ACOLHIDO. PREMEDITAÇÃO DA CONDUTA. ATENUAÇÃO DA PENA PELA CONFISSÃO QUALIFICADA. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA PENA PELA FORMA PRIVILEGIADA (ART. 129, § 4º, DO CPB). AUSENTES OS REQUISITOS LEGAIS. PREJUDICADO O EXAME DO *SURSIS*. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Inobstante marcada por certo grau de discricionariedade, a valoração das circunstâncias judiciais não pode se afastar da obrigação jurídico-constitucional de motivação, devendo o julgador expor de forma clara, objetiva e concreta as razões que conduzem ao exasperamento da pena.

2. O agente que, após discutir com a vítima, retira-se do local, arma-se com uma faca e retorna para lesioná-lo, age com nítida premeditação na conduta delituosa, devendo ser mantida a valoração da culpabilidade, na primeira etapa da dosimetria.

3. A confissão qualificada, que sequer constitui base probatória da condenação, não se presta para atenuar a pena na segunda fase da dosimetria.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

4. Ausentes os requisitos legais, inviável a redução da pena pela forma privilegiada prevista no art. 129, § 4º, do CPB, diante da desproporcionalidade da conduta (crime motivado por uma dívida de cem reais), e da solução de continuidade, entre a discussão com o ofendido e o momento das agressões.

5. Inviável o *sursis*, em virtude do *quantum* de pena (três anos e seis meses) ter permanecido inalterado.

6. Apelo conhecido improvido.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, em parcial acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro . Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Krishnamurti Lopes Mendes França.

São Luís(MA), de de 2014.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida
PRESIDENTE/RELATOR



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 039627/2014 - SÃO LUÍS (MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Cuida-se de recurso de apelação interposto em favor de Leonardo Pereira Leite, inconformado com a decisão proferida pelo juízo de direito da 1ª Vara da comarca de João Lisboa/MA, que o condenou por incidência comportamental no art. 129, § 1º, I e II, do CPB¹, à pena de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto.

Da inicial acusatória, colho o seguinte relato dos fatos (fls. 02/04):

[...] Consta nos autos da peça inquisitória, parte integrante desta exordial, que no mês de junho de 2006, o ora denunciado lesionou a vítima José Brasilino da Silva, produzindo-lhe ferimento na região esquerda do abdômen, decorrente de uma facada na barriga.

Conforme apurado, o ato delituoso iniciou-se no momento em que o ofendido se encontrava conduzindo seu carrinho de frutas pela Rua José Alves de Carvalho, nesta cidade, ocasião em que fora abordado pelo indigitado autor do crime em tela, o qual de imediato, virou o carro-de-mão [sic] do fruteiro vitimizado, a chutes e pontapés, vindo todos os produtos a caírem no chão. Já havendo tripudiado, o inculpado desferiu um golpe de faca na vítima, causando-lhe os ferimentos constantes do Exame de Corpo de Delito de fls. 11.

Lauda de exame de corpo de delito, às fls. 15.

Recimento da denúncia em 05/02/2007, às fls. 45v.

Termo de qualificação e interrogatório, às fls. 54/55.

Defesa prévia apresentada às fls. 57/58.

¹ Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

[...]

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

Pena - reclusão, de um a cinco anos.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Durante a instrução criminal colheu-se o depoimento da vítima, José Basilino da Silva (fls. 68/69) e das testemunhas, Antônia Alves de Sousa (fls. 70/71), Poliana Felix da Silva (fls. 72), Alisson Mota de Aguir (fls. 104 e 222) e Ronaldo Vasconcelos Alencar (fls. 195), arroladas pela acusação, além de Joacy Sousa Silva (fls. 79/80), Dhekson Rosa da Silva (fls. 81), e Genivaldo Silva Ferreira (fls. 82), indicadas pela defesa. Na sequência, interrogou-se novamente o apelante (fls. 238).

Após a fase de alegações finais, o juízo da 1ª vara da comarca de João Lisboa proferiu a decisão de fls. 257/267, condenando Leonardo Pereira Leite, vulgo “Miudo”, à pena de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, pela prática do crime previsto no art. 129, § 1º, I e II, do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs o presente apelo às fls. 272 e, nas razões de fls. 310/313, pede o redimensionamento da pena imposta na sentença sob a alegação de que se mostrou desproporcional, contrariando critérios jurisprudenciais adotados por este Tribunal.

Nas contrarrazões de fls. 315/318, o Ministério Público pugna pelo improvimento do apelo.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra (despacho para o Procurador tendo em vista que constam dois pareceres, um pelo provimento parcial e outro pelo improvimento).

(...)

O Procurador de Justiça Krishnamurti Lopes Mendes França, em parecer conclusivo às fls. 234/243, opinou pelo provimento parcial do apelo, no seguintes moldes:

I – decote da valoração da culpabilidade, por revelar *bis in idem*;

II – impossibilidade de atenuar a pena, posto que a confissão foi qualificada (legítima defesa);

III – ausência dos requisitos legais para reduzir a pena pelo privilégio; e

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

IV – não preenchidos os requisitos legais para o *sursis*.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

VOTO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):

Presentes estão os pressupostos de admissibilidade do recurso, razão pela qual dele conheço.

Consoante relatado, o apelante fora denunciado por ter desferido três golpes de faca contra a vítima José Ribamar Silva Santana, fato ocorrido no dia no dia 10 de abril de 2011, por volta das 20h00, na Rua Petrônio Portela, Bairro Vera Cruz, nesta cidade, mais precisamente no “Comercial Sampaio”; após regular instrução, restou condenado à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 129, § 2º, IV do Código Penal.

Inconformado, o réu apelou, através da DPE, requerendo o redimensionamento da pena, com base nos seguintes argumentos:

I – valoração inidônea da culpabilidade na primeira fase da dosimetria, que acarretou num aumento desproporcional da pena-base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses acima do mínimo legal, o que corresponde a 3/4 sobre o piso legal;

II – incidência da figura privilegiada, prevista no § 4º, do art. 129, do CPB uma vez que o acusado, já alcoolizado, sentiu-se humilhado porque a vítima o chamou de “enrolão” e “caloteiro”;

III – atenuação da pena pela confissão espontânea, mencionada, inclusive, nas alegações finais do MPE, a qual fora desconsiderada pelo sentenciante; e

IV – acaso redimensionada a pena para o mínimo legal, que seja suspensão condicionalmente, com base no art. 77, do CPB.

Assim delimitado o âmbito cognitivo do presente apelo, na precisa extensão da matéria impugnada, examino, doravante, as razões do inconformismo, em cotejo com os elementos carreados aos autos.

1. Da primeira etapa da dosimetria. Valoração da culpabilidade.

***Quantum* de elevação da pena-base**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

1.1 Dos fundamentos para valorar a culpabilidade do réu

O paradigma do primeiro ponto do inconformismo recursal centra-se no excerto da dosimetria que assim traz a valoração da culpabilidade, *litteris*: “[...] **o réu agiu de forma consciente e premeditada, demonstrando elevado índice de reprovabilidade em sua conduta [...]**” (fls.185), o que resultou num incremento da pena mínima de 02 (dois) anos, para 03 (três) anos e 06 (seis) meses.

Pois bem.

É consabido que a culpabilidade, no processo de dosimetria, constitui um juízo valorativo que recai sobre a conduta **concretamente** considerada, mais reprochável, porque o réu pratica atos que vão além da previsão típica abstratamente considerada, por assim dizer, desnecessários, o que denota maior censura em sua conduta. Quando não agravam a pena ou qualificam o crime, podem ser considerados, *v.g.*, a frieza, a crueldade, ou especificamente, elevada quantidade de golpes etc.

A par dessas premissas, tenho que me parece acertada, *in casu*, a valoração da culpabilidade do réu, pois sua conduta afigura-se, mesmo, mais reprovável, dada a premeditação na conduta. Vejamos.

Os autos revelam que o crime fora motivado pela falta de pagamento integral por um serviço de pintura, onde o réu (contratante), devia R\$ 100,00 (cem reais) ao ofendido (pintor contratado). Trata-se da circunstância antecedente do crime.

O momento exato do delito é narrado de forma bastante minudente pelo ofendido, e as testemunhas confirmam as principais circunstâncias, consoante se vê dos depoimentos respectivos na mídia audiovisual de fls. 79.

Nessa balada, o ofendido afirmou em juízo que, no dia dos fatos, dirigiu-se ao bar do Joel, e ao encontrar o acusado no recinto, discutiram, brevemente, sobre a falta do pagamento de uma parcela de R\$ 100,00 (cem reais), do prefalado serviço de pintura executado pelo depoente.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Acrescenta a vítima que, depois desse fato, o réu retirou-se do local, e quando retornou, foi surpreendido com um golpe de faca, vindo de cima para baixo, atingindo seu rosto do lado direito.

A testemunha Joel Bezerra Sampaio, proprietário do bar onde ocorreu o fato, disse que presenciou uma discussão entre recorrente e vítima, e em seguida, aquele perfurando este com uma faca, ocasião em que outra pessoa que ali estava teria afastado os contendores.

O depoente narra, ainda, que retirou seu carro da garagem para levar o ofendido ao hospital. Esclarece que, após a discussão inicial, o réu havia se retirado do local para ir à sua residência, retornando, logo após, provavelmente, com a faca utilizada no crime.

Raimundo Nonato Silva de Castro, cunhado da vítima, não presenciou o fato; seus relatos reproduzem o de outrem (testemunha de *auditu*).

A testemunha Rui Veloso Costa também não presenciou o exato momento em que ocorreu o crime. Esclareceu, contudo, que, como mora em frente ao bar, foi alertado pela confusão na rua; quando saiu para averiguar, observou o réu, já do lado de fora do bar, na rua, com a faca na mão, ocasião em que o dominou, agarrando-o por trás, tendo o recorrido soltado a faca. Em seguida, o levou para a sua casa, onde a genitora deste o trancou. Às perguntas do defensor, reiterou que, quando segurou o réu, o fato já havia acontecido.

Pois bem.

A moldura fática delineada pela instrução evidencia que o réu, de fato, premeditou o crime, pois, num primeiro momento, discutiu com a vítima quando ambos se encontraram no “Comercial Sampaio”; dali saiu, e logo em seguida retornou com a faca em punho, para lesionar o ofendido.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Com efeito, percebe-se, nitidamente, que as agressões não foram perpetradas durante o “calor das discussões”, logo após o réu ter sido supostamente ameaçado ou verbalmente agredido, situação que, em tese, poderia caracterizar o privilégio almejado pela defesa.

Ao revés, o apelante ausentou-se do comércio, foi até sua casa, armou-se com uma faca e retornou para lesionar a vítima, o que denota, em minha óptica, nítida premeditação delitiva, o que autoriza a elevação da pena básica. [Nesse norte](#):

[...] 2. A culpabilidade acentuada do agente, em razão da premeditação do crime, não constitui característica do próprio tipo penal, justificando a elevação da pena-base acima do mínimo legal. [...]²

Assim, deve permanecer a valoração da [culpabilidade](#).

1.2 Do *quantum* de elevação da pena-base pela valoração da culpabilidade

Superada a análise atinente aos argumentos da valoração da culpabilidade, passo a examinar a questão relativa ao patamar de aumento, reputado elevado e desproporcional pela DPE, em seu arrazoado.

A pena mínima cominada em abstrato para o crime de lesão corporal gravíssima é de 02 (dois) anos, sendo que, *in casu*, o sentenciante a fixou em 03 (três) anos e 06 (seis) meses, ou seja, um ano e seis meses acima do piso legal.

Embora a DPE alegue a desproporcionalidade desse incremento na pena-base, em virtude de uma única circunstância judicial valorada, na verdade, o juízo de base considerou, também, os motivos do crime, asseverando que **“foi uma discussão em virtude de uma dívida, revelando a desproporcionalidade com que agiu o réu”** (fls. 185).

Impende registrar que, nos exatos limites da impugnação, a valoração dos motivos do crime não compõem a matéria devolvida à apreciação da Corte.

² AgRg no AREsp 235.526/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 03/09/2013.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

De mais a mais, a motivação do delito, evidentemente desproporcional, foi concretamente valorada pelo togado singular.

Assim, considerando a existência de duas [circunstâncias](#) judiciais (não apenas uma), o incremento da pena básica em um ano e seis meses não se afigura desarrazoada.

Doravante, analiso o pleito alusivo à atenuação da pena pela confissão espontânea.

2. Da confissão espontânea

Consoante destacou a PGJ, em seu parecer conclusivo, o acolhimento do referido pleito esbarra na circunstância de se tratar de uma confissão qualificada, ou seja, o réu assumiu a prática criminosa, mas ressaltou que só o fez porque agiu em legítima defesa, a qual não encontra guarida em qualquer elemento de convicção, tirante a sua versão isolada dos fatos, exposta no interrogatório.

Sob outro prisma, observo que o magistrado *a quo* analisa o interrogatório do acusado, mas não o elenca como elemento probatório decisivo para condená-lo. Ao revés, extraio da sentença condenatória o seguinte fragmento que desconstitui o argumento defensivo (fls. 185):

[...] O acusado é o único a sustentar a versão de que: **a)** um homem teria passado e lhe insultado verbalmente, tendo a vítima confirmado as injúrias; **b)** teria sido agredido fisicamente primeiro; **c)** a vítima também estaria armada com um garrafão que havia no bar; **d)** a faca estava no local. Portanto, o que se observa é uma tentativa frustrada de inventar uma versão dos fatos que pudesse inocentá-lo, justificando o ato como legítima defesa. [...]

Assim, absolutamente inviável a [atenuação](#) da pena pretendida.

3. Da incidência da figura privilegiada (art. 129, § 4º, do CPB).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Referido preceito prevê a redução da pena de um sexto a um terço, caso o agente cometa o crime **“impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima”**.

Ao analisarmos a valoração da culpabilidade linhas acima, restou evidenciando que o réu, ao contrário do que alega a defesa, não agiu “impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima”.

Primeiro, porque que se tratou de uma discussão canhestra, sobre uma dívida de R\$ 100,00 (cem reais), o que não pode ser considerado, *data venia*, um relevante valor moral ou social que justifique as agressões, ao ponto de minorar as consequências penais.

Ademais, a ação delituosa não ocorreu logo após a discussão entre réu e vítima, pois, conforme já sobejamente demonstra, aquele se retirou do comércio onde havia discutido com o ofendido, armou-se com uma faca e retornou para lesioná-lo.

Desta feita, não atendidos os requisitos legais para a incidência do [privilégio](#), inviável a redução da pena.

4. Da suspensão condicional da pena.

Trata-se de pedido evidentemente prejudicado, pois estava condicionado à redução da pena para o piso legal, de dois anos.

Restando inalterado o *quantum* da sanção corporal – três anos e seis meses – inviável, pois, a suspensão condicional da pena (art. 77, do CPB³).

A par dessas considerações, deve ser [mantida](#) a sanção irrogada ao apelante.

5. Dispositivo

³ Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Com essas considerações, conheço do presente apelo, e no mérito, em parcial acordo⁴ com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, nego-lhe provimento, mantendo íntegra a sentença condenatória.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, de de 2014.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

⁴ A PGJ opinou pelo decote da valoração da culpabilidade, para reduzir a pena, o que não foi acolhido.